

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8042424-03.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma

PACIENTE: WASHINGTON SANTOS ARAUJO e outros (2) Advogado (s): ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES IMPETRADO: JUIZ DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR Advogado (s): ACORDÃO HABEAS CORPUS. PACIENTE PRESO NO DIA 09/11/2021, FOI DENUNCIADO NO DIA 14/12/2021. A PEÇA INCOATIVA FOI ADITADA NO DIA 13/03/2023, PARA INCLUIR O NOME DE DOIS ACUSADOS, E IMPUTAR AO PACIENTE A SUPOSTA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 33, CAPUT, C/C O ARTIGO 40, INCISO IV, E 35, TODOS DA LEI Nº 11.343/2006, E 2º, CAPUT E § 2º, DA LEI 12.850/2013. TESES DEFENSIVAS: OCORRÊNCIA DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA DO PACIENTE. NÃO VERIFICADO. MARCHA PROCESSUAL QUE AINDA VEM SE DESENVOLVENDO REGULARMENTE. DELONGA JUSTIFICADA PELA COMPLEXIDADE DA AÇÃO DE ORIGEM. AÇÃO PENAL QUE TRAMITA EM FACE DE 09 (NOVE) ACUSADOS E QUE APURA O COMETIMENTO DOS CRIMES SUPRAMENCIONADOS. ACUSADOS QUE, EM SUA MAIORIA, SÃO PATROCINADOS POR ADVOGADOS DISTINTOS. DENÚNCIA QUE FOI OFERECIDA NO DIA 14/12/2021, E, APÓS A APRESENTAÇÃO DAS DEFESAS PRÉVIAS, FOI RECEBIDA EM 04/07/2022, MOMENTO EM QUE AS CUSTÓDIAS CAUTELARES DOS ACUSADOS FORAM MANTIDAS. A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO FOI DESIGNADA PARA O DIA 25/10/2022, COM A EXPEDIÇÃO DOS MANDADOS DE INTIMAÇÃO, OFÍCIOS E CARTAS PRECATÓRIAS PERTINENTES. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ITAPARICA QUE NO DIA 18/01/2023, PROFERIU DECISÃO DECLARANDO A INCOMPETÊNCIA DAQUELE JUÍZO PARA O PROCESSAMENTO DO FEITO. A PEÇA INCOATIVA FOI ADITADA NO DIA 13/03/2023, PARA A INCLUSÃO DOS NOMES DE DOIS ACUSADOS E MUDANÇA DA TIPIFICAÇÃO DOS CRIMES ANTERIORMENTE IMPUTADOS. O ADITAMENTO DA REFERIDA PEÇA FOI RECEBIDO EM 07/04/2023, MOMENTO EM QUE FOI DETERMINADA A CITAÇÃO DOS ACUSADOS PARA APRESENTAREM DEFESA PRÉVIA POR ESCRITO, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. NO MESMO ATO, FORAM MANTIDAS AS PRISÕES PREVENTIVAS DOS ACUSADOS QUE SE ENCONTRAVAM PRESOS, E DECRETADA A PRISÃO DO ACUSADO LEANDRO DA CONCEIÇÃO SANTOS FONSECA. PONDERAÇÃO ENTRE A PENA COMINADA EM ABSTRATO AOS CRIMES SUPOSTAMENTE COMETIDOS PELO PACIENTE E O TEMPO DE CUSTÓDIA PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO APARELHO ESTATAL E DE OFENSA À RAZOABILIDADE. PRECEDENTES. 2. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. NÃO ACATADA. PRISÃO PREVENTIVA COM PREVISÕES CONSTITUCIONAL E LEGAL E QUE POSSUI NATUREZA DE CUSTÓDIA CAUTELAR, NÃO SE CONFUNDINDO COM A PRISÃO DEFINITIVA A SER APLICADA EM CASO DE CONDENAÇÃO. HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA. Vistos, relatados e discutidos estes autos de habeas corpus de nº 8042424-03.2023.8.05.0000, impetrado pelos Advogados André Luís do Nascimento Lopes e Andréia Luciara Alves da Silva Lopes, em favor de Washington Santos Araújo, apontando como Autoridade Coatora o M.M. Juiz de Direito da Vara dos Feitos Relativos a Delitos de Organização Criminosa da Comarca de Salvador. ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia em CONHECER da impetração e DENEGAR a ordem de habeas corpus, de acordo com o voto do Relator. Sala das Sessões, (data registrada no sistema no momento da prática do ato). Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS 2ª Câmara Criminal – 2ª Turma Relator 11

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 2ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado – Por unanimidade. Salvador, 5 de Outubro de 2023. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n. 8042424-03.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma

PACIENTE: WASHINGTON SANTOS ARAUJO e outros (2) Advogado (s): ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES IMPETRADO: JUIZ DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR Advogado (s): RELATÓRIO Cuidam os presentes autos de habeas corpus impetrado pelos Advogados André Luís do Nascimento Lopes e Andréia Luciara Alves da Silva Lopes em favor de Washington Santos Araújo, que apontam como Autoridade Coatora o eminente Juiz de Direito da Vara dos Feitos Relativos a Delitos de Organização Criminosa da Comarca de Salvador, através do qual discutem suposto constrangimento ilegal que vem sendo suportado pelo paciente. Asseveraram os impetrantes que em que pese o paciente se encontre custodiado, acusado da suposta prática de tráfico de drogas, desde o dia 09/11/2021, portanto há aproximadamente 02 (dois) anos, a instrução processual sequer foi iniciada. Sustentaram, em síntese, a ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa do paciente, sem que a defesa tenha dado causa a delongas processuais, o que afrontava os princípios da presunção da inocência e da dignidade da pessoa humana. A liminar pleiteada foi indeferida (ID 50081940). As informações solicitadas foram prestadas (ID 50899161). Instada a se manifestar, a douta Procuradoria da Justiça pugnou pelo conhecimento e denegação da ordem impetrada (ID 51064530). É o Relatório. Salvador, (data registrada no sistema no momento da prática do ato). Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS 2ª Câmara Criminal – 2ª Turma Relator 11 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 2ª Turma Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL n.

8042424-03.2023.8.05.0000 Órgão Julgador: Segunda Câmara Criminal 2ª Turma PACIENTE: WASHINGTON SANTOS ARAUJO e outros (2) Advogado (s): ANDRE LUIS DO NASCIMENTO LOPES IMPETRADO: JUIZ DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A DELITOS DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE SALVADOR Advogado (s): VOTO “Cinge-se o inconformismo dos impetrantes ao constrangimento ilegal que estaria sendo suportado pelo paciente, em razão da ocorrência de excesso de prazo para formação da culpa. Ab initio deve ser registrado que este habeas corpus foi distribuído por prevenção ao processo de nº 8044560-41.2021.8.05.0000, em que pese a existência dos habeas corpus registrados sob os nos. 8048561-35.2022.8.05.000 e 8001343.74.2023.8.05.0000, este último, inclusive, em favor do paciente. Consta dos autos que o paciente foi denunciado como incurso nas penas dos artigos 33, 34 e 35, todos da Lei n. 11.343/2006 (ID 50047042 – Fls. 17/20), em virtude de ter, supostamente, se associado de maneira permanente com outros 06 (seis) elementos, com a finalidade de comercializar drogas dos tipos maconha, crack e cocaína, na localidade de Jiribatuba, Distrito de Vera Cruz. Feitos tais esclarecimentos, quanto à ocorrência de excesso de prazo para a formação da culpa, é cediço que os prazos previstos em lei não se caracterizam pela fatalidade e improrrogabilidade, uma vez que não se trata de simples cálculo aritmético, conforme vem decidindo reiteradamente o Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC n. 802.371/SP, relator Ministro Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 15/5/2023, DJe de 19/5/2023). Vale transcrever, também, os ensinamentos do renomado professor Aury Lopes Júnior acerca do princípio da duração razoável do processo: "(...) No que tange à duração razoável do processo, entendemos que a aceleração deve produzir-se não a partir da visão utilitarista, da ilusão de uma justiça imediata, destinada à imediata satisfação dos desejos de vingança. O processo deve durar um prazo razoável para a necessária maturação e cognição, mas sem excessos, pois o grande prejudicado é o réu, aquele submetido ao ritual degradante e à angústia prolongada da situação de pendência. O processo deve ser mais célere para evitar o sofrimento

desnecessário de quem a ele está submetido. É uma inversão na ótica da aceleração: acelerar para abreviar o sofrimento do réu.(...)”(in Introdução Crítica ao Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 34). In casu, verifica-se tratar-se de feito complexo, no qual a denúncia foi oferecida no dia 14/12/2021 contra 07 (sete) acusados, dentre eles o paciente (ID 50047042 – Fls. 17/20). Todas as defesas prévias foram apresentadas, sendo a do paciente, no dia 06/03/2022 (ID 50047042 – Fls. 269/277). A peça incoativa foi recebida no dia em 04/07/2022, a audiência foi designada para o dia 25/10/2022 (ID’s 208819426 e 212473212, autos originários – PGE-PG), e os atos processuais – expedição de mandados de intimação, ofícios e cartas precatórias, devidamente praticados. A audiência foi cancelada em virtude da possibilidade de incidência do artigo 130-A, da Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia e declaração da incompetência do Juízo da Vara Criminal da Comarca de Itaparica, para processar e julgar a ação penal originária (ID 275534435 – autos originários). Em 18/01/2023, a Juíza da supramencionada Vara Criminal, após parecer ministerial, proferiu decisão declarando a incompetência absoluta para o processamento do feito, determinando a remessa dos autos à Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organizações Criminosas da Cesta Comarca de Salvador (ID’s 338954334 e 351989970 – autos originários). A denúncia foi aditada em 13/03/2023 para denunciar o paciente e outros 08 (oito) acusados, como incurso nas penas dos artigos 33, caput, c/c o artigo 40, inciso IV, 35, todos da Lei nº 11.343/2006, 2º, caput, § 2º, da Lei n.º 12.850/2013, incidindo no que se refere aos corréus Douglas de Jesus Santos e Sidnei Silva dos Santos, ainda, as condutas previstas no artigo 2º, §§ 3º e 4º, inciso I, da Lei 12.850/2013. O referido aditamento foi recebido em 07/04/2023, momento em que foram mantidas as prisões dos acusados que estavam custodiados, e decretada a de Leandro da Conceição Santos Fonseca, vulgo “Azuado”, “Léo”, “Gringo” ou “Shantaram” (ID 373899349). Foram expedidos mandados de citação para 06 (seis) acusados, dentre eles o paciente, no dia 24/04/2023 (ID’s 382331016 usque 383475225, autos originários), e carta precatória em 20/07/2023 para a Comarca de Vera Cruz, com a finalidade de proceder à citação dos acusados Joabe de Jesus, Roberto Carlos e Sabrina Oliveira (ID 399162716, autos originários). As defesas prévias relativas ao aditamento foram apresentadas pelos acusados Douglas de Jesus dos Santos, Cláudio Márcio Coelho da Silva, Joabe de Jesus dos Santos, Roberto Carlos Bonfim Sacramento e Leandro da Conceição Santos Fonseca (ID’s 395473315, 397680501, 404904783 e 407375214), não havendo notícias da apresentação da referida peça no que pertine ao paciente. Saliente-se que a Autoridade Impetrada, ao prestar os seus informes, ressaltou que no dia 14/09/2023 foi analisada a necessidade da manutenção das custódias cautelares dos acusados que se encontravam presos, na forma do artigo 316, parágrafo único, do Código de Processo Penal, mantendo-as, ressaltando que o processo encontra-se em sua fase processual inicial, sendo que aquele Juízo vem diligenciando para que os demais acusados apresentem as suas defesas prévias (ID 50899161). Ve-se, pois, que apesar de o paciente encontrar-se custodiado desde o dia 09/11/2021 (ID 50047043 – Fls. 35/36), portanto há aproximadamente 01 (um) ano e 10 (dez) meses, o que demonstraria, em tese, a ocorrência de certo elastério processual, analisando-se as particularidades do caso concreto e de acordo com o teor dos informes judiciais (ID 50899161), observa-se que a marcha processual vem se desenvolvendo dentro de uma razoabilidade aceitável, sem que ainda se observe desídia do juízo processante que justifique a concessão da

ordem. Com efeito, observa-se que a Autoridade apontada como Coatora vem envidando esforços para impulsionar a instrução criminal, não podendo ser desconsiderado que foram denunciados 09 (nove) acusados, cujas defesas são, em sua maioria, patrocinadas por Advogados distintos, sendo que nem todos apresentaram as suas defesas prévias, fatores que implicam, naturalmente, em um elastério prazal maior. Ademais, conforme já discriminado, houveram declínios de competência, aditamento de denúncia com inclusão de novos réus e fatos, renúncia de Advogados, o que implica a realização de novas citações, intimações e reabertura da instrução processual. No caso sub judice, portanto, não se vislumbra, por ora, o aventado excesso prazal, haja vista que o constrangimento ilegal decorrente da demora para a conclusão da instrução criminal apenas se verifica em hipóteses excepcionais, quando há evidente desídia do aparelho estatal, atuação exclusiva da parte acusadora ou situação incompatível com o princípio da duração razoável do processo. De acordo com essa linha de inteligência, posiciona-se o Supremo Tribunal Federal: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. EXCESSO DE PRAZO PARA O TÉRMINO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. RECORRENTE ACUSADA DE INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ENVOLVIDA NA PRÁTICA DOS CRIMES DE TRÁFICO DE DROGAS, CORRUPÇÃO POLICIAL E QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a demora para conclusão da instrução criminal, como circunstância apta a ensejar constrangimento ilegal, somente se dá em hipóteses excepcionais, nas quais a mora seja decorrência de (a) evidente desídia do órgão judicial; (b) exclusiva atuação da parte acusadora; ou (c) situação incompatível com o princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da CF/88, o que não ocorre no caso dos autos. (...) 3. Recurso improvido."(STF, RHC 122462/ SP, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 09/09/2014)– Grifos do Relator Deve ser enfatizado, também, que apesar de o paciente encontrar-se custodiado, repita-se, há aproximadamente 01 (um) ano e 10 (dez) meses, tal lapso temporal não se mostra desproporcional se consideradas as penas em abstrato impostas aos crimes supostamente por ele praticados – tráfico de drogas, associação para o tráfico e organização criminosa –, conforme se depreende, mutatis mutandis, do teor do acórdão que segue: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DO FEITO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 8. Ademais, embora o paciente esteja preso desde 26/1/2018, a custódia cautelar, no momento, não se revela desproporcional diante das penas em abstrato atribuídas aos delitos imputados na denúncia. 9. Recurso não provido. (RHC 122.316/BA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 05/05/2020, DJe 13/05/2020) Grifos do Relator. Por fim, deve ser asseverado que, em ações penais complexas, como a originária deste habeas corpus, com pluralidade de réus e de crimes, que atuam, em tese, em uma organização criminosa, há necessidade de um prazo maior para sua instrução, pois há necessidade da prática de diversos atos procedimentais. Inexiste, portanto, o excesso de prazo aventado. No que tange à alegação de que a prisão do paciente violaria os princípios da dignidade da pessoa humana e da presunção, também não merece prosperar o referido argumento, uma vez que a prisão preventiva, além de estar prevista na Constituição Federal e em lei ordinária, possui natureza de

cautelaridade, não se configurando, nem ofensa à dignidade da pessoa humana, tampouco antecipação da pena a ser aplicada no caso de condenação. Nesse sentido, aliás, já decidiu, também, o Superior Tribunal de Justiça: “(...) 2. Não há ofensa ao princípio da presunção de inocência quando a prisão preventiva é decretada com fundamento em indícios concretos de autoria e materialidade delitiva extraídos dos autos da ação penal, como no caso em apreço. (...) 6. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada.” (HC 527.290/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 14/10/2019)– grifos deste Relator. Dessa forma, não há que se falar em ofensa aos princípios supramencionados. Assim sendo, o voto é, na esteira do parecer ministerial, no sentido de conhecer da impetração e denegar a ordem do presente habeas corpus. Ex positis, acolhe esta Segunda Turma Julgadora da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o voto através do qual se conhece da impetração e se denega a ordem de habeas corpus. Sala das Sessões, (data registrada no sistema no momento da prática do ato). Des. JOÃO BÔSCO DE OLIVEIRA SEIXAS 2ª Câmara Criminal – 2ª Turma Relator 11